

Ariel Feldman



Universidade Federal do Pará
ariel@ufpa.br

Roberta Adriane Correa Martins

Universidade Federal do Pará
adrianemartins08b@gmail.com

Submetido em: 13/09/2022

Aceito em: 10/01/2023

Publicado em: 25/03/2023

 [10.28998/2175-6600.2023v15n37pe14072](https://doi.org/10.28998/2175-6600.2023v15n37pe14072)



A política de contratação de professores temporários em Mocajuba-PA

RESUMO

Objetiva-se analisar a política de contratação de professores temporários no município de Mocajuba-PA entre 2009 e 2021. Estudo de caso exploratório em abordagem qualitativa, que utilizou como instrumento de coleta de dados análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante. Os resultados das análises constataram que as contratações se baseiam em relações clientelistas, com a distribuição de cargos em troca de lealdade política. Foi observado, ainda, que os docentes não são protegidos pela legislação e sofrem com reiterados atrasos salariais.

Palavras-chave: Política educacional. Contrato Temporário. Professores.

TEMPORARY TEACHERS HIRING POLICY IN MOCAJUBA-PA

ABSTRACT

The objective is to analyze the hiring policy for temporary teachers in Mocajuba-PA between 2009 and 2021. An exploratory case study was used in a qualitative approach, employing documental analysis, semi-structured interviews and participant observation as a data collection instrument. The analyzed results indicate that hiring is based on clientelist relationships, with the distribution of positions in exchange for political loyalty. It was also observed that the temporary teachers are not protected by legislation and suffer from repeated salary delays.

Keywords: Educational Policy; Temporary contracts; Teachers.

LA POLÍTICA DE CONTRATACIÓN DE MAESTROS TEMPORALES EN EL SISTEMA ESCOLAR MUNICIPAL PÚBLICO DE MOCAJUBA

RESUMEN

Esta investigación analiza la política de contratación de docentes temporales en la ciudad de Mocajuba-PA entre 2009 y 2021. Estudio de caso exploratorio con enfoque cualitativo, que utilizó como instrumento de recolección de datos el análisis documental, entrevistas semiestruturadas y la observación participante. Los resultados de los análisis encontraron que la contratación se basó en relaciones clientelistas, con la distribución de cargos a cambio de lealtad política. Se observó, todavía, que los maestros no están protegidos por la legislación y sufren reiterados atrasos salariales.

Palabras Clave: Política Educativa; Contratación Temporal; Maestros.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar a contratação de professores temporários na rede pública do município de Mocajuba-PA entre os anos de 2009 e 2021, dispendo como eixo principal a correlação entre as disputas por poder político local e a sua influência na rede de professores da educação básica. Possuindo conhecimento através de observações preliminares, percebemos que os conflitos pelo poder político municipal estavam ligados também aos vínculos empregatícios que envolviam os docentes temporários. Por conseguinte, decidimos examinar através de uma pesquisa mais detalhada no município como eram realizados esses acordos.

Essa analogia envolvendo a contratação de docentes temporários não é específica de apenas um município. Todavia, a precedência pelo Município de Mocajuba se deu em virtude do conhecimento no que corresponde as idiosincrasias políticas dessa localidade. O nosso recorte principal será entre os anos de 2009 a 2021. Nesse espaço de tempo 3 prefeitos governaram o município. O antagonismo político é importante para essa pesquisa, já que buscamos investigar como essas desavenças pelo poder político local se correlacionam com a contratação de professores temporários.

O uso excessivo da contratação temporária pode fragilizar a condição do professor, gerar remuneração instável e aumentar a rotatividade desses profissionais nas escolas podendo até ser prejudicial para qualidade de ensino. O artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX (BRASIL, 1988) abre espaço para que haja a contratação de professores temporários, mas para “atender a necessidade temporária de excepcional interesse”. No entanto, o problema em questão aqui é o grande inchaço desses contratados, pois “entre 2013 e 2018, eles representaram entre 28% e 31% o total de docentes” no Brasil (FELDMAN; ALVES, 2020, p 2). Dessa maneira entendemos que problemas envolvendo a contratação de docentes temporários é um fenômeno que perdura até os dias atuais. Com a formação do Fundo De Manutenção e Desenvolvimento Do Ensino Fundamental e a Valorização do Magistério (doravante FUNDEF) e a municipalização do Ensino Fundamental no Pará, “o mercado de trabalho docente virou a principal fonte de emprego” em diversos municípios (FELDMAN; ALVES 2020, p. 2). Além disso, com o advento da agenda neoliberal na década de 1990, a educação se tornou uma mercadoria e isso acabou afetando o trabalho docente, principalmente, no que se refere aos docentes temporários. Esse artigo é relevante pois é uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo dentro da circunscrição municipal, na qual buscaremos analisar e entender a importância desses docentes temporários nas disputas políticas.

Em um primeiro momento faremos uma breve revisão de literatura e logo depois vamos descrever a metodologia da nossa pesquisa. Posteriormente, iremos contextualizar a cidade mostrando o impacto que o FUNDEF e FUNDEB teve na vida municipal, como na economia e no mercado de trabalho. Na sequência, será feita análise a partir de dados adquiridos através de entrevistas, coleta documental e observação participante. Por fim, faremos as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A literatura sobre os docentes temporários na educação básica mostra que as premissas de trabalho disponibilizada a esses profissionais provoca problemas. Para entender um pouco desse processo, de modo resumido, podemos citar a rotatividade desses funcionários nas escolas (AZEVEDO, 2012; SILVA, 2007;) e os efeitos negativos desse tipo de contrato sobre o trabalho docente.

Azevedo (2012), analisando uma escola estadual no estado do Paraná observou que as modificações efetuadas no meio educacional, especialmente nas escolas, podem estabelecer com que esses professores não adquiram conexão com a comunidade escolar. Por consequência, isso impactaria negativamente tanto no funcionamento das escolas quanto no processo de ensino-aprendizagem.

Silva (2007, p.20), pesquisando a rotatividade docente em uma escola estadual do município de Franco da Rocha mostra que “um determinado número de professores que iniciam o ano letivo em uma escola, mas não chegavam ao seu término ou mudam de instituição de um ano para o outro”.

Dessa maneira, segundo Lemos (2009) entendemos que a trajetória profissional do docente temporário é marcada por rupturas, o que interfere na construção de uma identidade profissional.

No que se refere às condições de trabalho que esse tipo de contrato oferece, elas muitas vezes podem acarretar uma série de problemas para os docentes. Para Ambrósio (2007), em uma pesquisa nas escolas estaduais do Paraná, os professores contratados não tem a mesma estabilidade, direitos, e garantia que os concursados. Quibão Neto (2016), analisando a rede estadual de ensino em São Paulo, aponta “desvantagem para educação pública”, explicando que entre os anos de 2009 a 2013 a assimetria salarial dos professores permanentes e temporários teve uma discrepância alta que poderia chegar a

42,6%. Essa desproporção se dava, pois os não efetivos não eram contemplados com plano de carreira e, além disso, recebiam acréscimos salariais abaixo da inflação.

Souza (2011), por sua vez, em uma análise sobre as condições de trabalho e remuneração do professor na rede estadual do Paraná concluiu que os custos dos honorários docentes entre permanentes e temporários mostravam ter diferença expressivas, pois um professor temporário não tem direito a benefícios e progressos na sua carreira, o que representaria 25% do salário de um professor efetivo. Feldman e Costa (2021, p. 19) em sua pesquisa sobre a contratação de professores na cidade de Cametá, analisaram que esses docentes “não são protegidos pela legislação trabalhista nem tampouco pelo PCCR”. Para Toebe (2019), em sua pesquisa sobre a contratação de professores em Florianópolis, por conta do baixo salário, muitos professores temporários buscam outras formas de complementar sua renda, usando assim os finais de semana para trabalhar, o que pode ser prejudicial para saúde desses docentes.

Ferreira (2013, p.47) analisando as condições a que os docentes temporários são submetidos, muitas das vezes trazem danos mentais e “o professor inserido nesse modelo trabalha de maneira fragilizada, sem segurança, sem grandes estímulos. Esse profissional acaba participando de um cenário de medo, de incerteza, de desconforto, e consequentemente, de adoecimento”.

Por fim, de acordo com Grund e Parente (2018) a precarização do trabalho não é uma temática nova no Brasil ela está presente desde a reformulação efetuada de acordo com o receituário neoliberal que levou a instabilidade desses empregos e salários.

Por fim, destaquemos que os estudos sobre professores temporários são mais comuns sobre redes estaduais (AZEVEDO, 2012; AMBROSIO, 2007; SOUZA, 2011; QUIBÃO NETTO, 2015), mas já existem alguns estudos de caso sobre redes municipais (TOEBE, 2019; SILVA, 2007; FELDMAN & COSTA, 2021).

Realizada uma breve revisão da literatura sobre a temática em foco nessa pesquisa, passemos à descrição da metodologia. Aplica-se nos casos em que o trabalho segue uma linha de desenvolvimento de assuntos contínuos, conforme a estrutura dada abaixo:

3 NOTA METODOLOGICA

O presente estudo insere-se no contexto das pesquisas qualitativas onde a observação “possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p 26). Por conseguinte, entrevistamos professores

temporários da rede de ensino do município de Mocajuba, com a finalidade compreender no campo empírico acerca da contratação desses docentes, que no município, de 2011 a 2020, constituíram metade de docentes da rede (INEPa, 2011-2020). Realizamos, entre março e junho de 2022, entrevistas semiestruturadas com 4 professores temporários (doravante Professor 1, 2, 3 e 4), todos tendo assinado o Termo de compromisso Livre e Esclarecido. Três dos professores entrevistados residem na zona urbana e um na zona ribeirinha. O principal critério para selecionar o entrevistado era que ele tivesse sido professor temporário em alguma das gestões dentro do nosso recorte cronológico.

O Professor 1 trabalhou durante as três gestões municipais desde de 2012. O Professor 2 trabalhou em apenas duas gestões, isto é, trabalhou durante o governo do prefeito Rosiel Costa e atualmente trabalha na gestão do prefeito Cosme Macedo, assim como os professores 3 e 4. Ademais, optou-se por aliar a pesquisa quantitativa com a qualitativa, já que podem haver, em alguns casos, integração entre elas (CRESWELL 2010). Dessa forma, para um estudo mais aprofundado da temática proposta, foram usados alguns bancos de dados como o próprio site da prefeitura de Mocajuba, IBGE (2019a; 2019b), INEP (INEPa, 2011-2020; INEPb, 1997-2020). Ademais, outro método utilizado para coleta de dados foi a observação participante que ocorreu em uma escola do município, tendo sido realizadas conversas informais com dois professores da rede municipal de Mocajuba durante o final de maio e o mês de junho de 2022. Tanto as conversas informais como o que foi observado nessa escola foram registrados em um diário de campo, e depois sistematizadas através de um codificação aberta (EMERSON; FRETZ; SHAW, 1996).

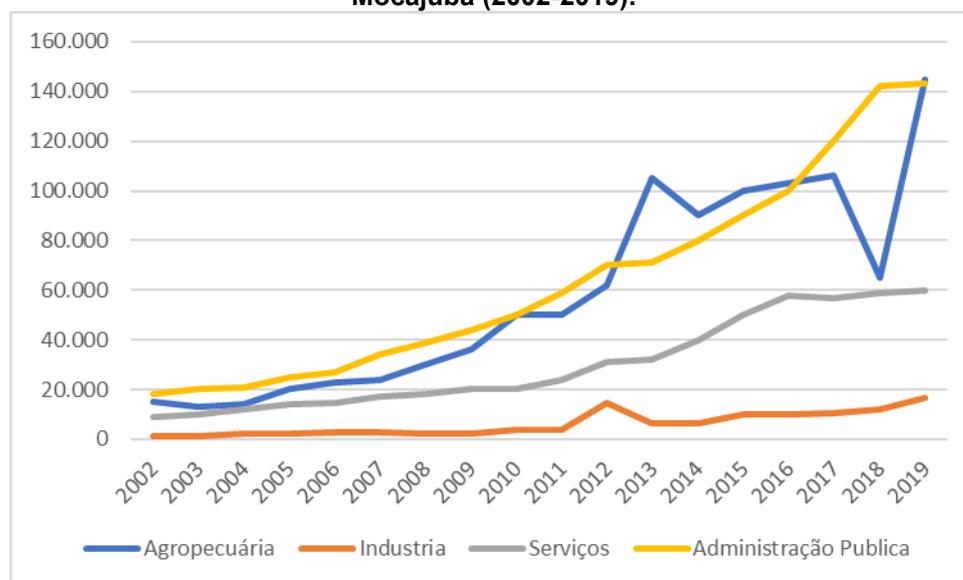
4 CONTEXTO (MOCAJUBA)

4.1 Economia

Mocajuba é um município do estado do Pará com sua unidade territorial de 871.171 km (IBGE, 2010), faz parte da microrregião Cametá e se situa a 167 km da capital Belém. A consolidação de Mocajuba como município dividiu-se em diferentes fases, passando por inúmeras denominações, inicialmente chamado povoado Maxi, depois freguesia de Mocajuba, seguido de vila de Mocajuba, até se formalizar o município. No último censo de 2010, a população era de 26.731 habitantes, sendo 58,97% residentes na zona urbana e 41,03% na zona rural. Em 2019, a população estimada era de 31.917 pessoas. O IDEB do município, em 2019, para os anos iniciais do ensino fundamental (EF) foi de 4,1 sendo

o 100º dentre os 144 municípios do Pará, e nos anos finais do EF 3,9, ficando em 40º entre os 144 municípios. Tem 27.234 de eleitores aptos (TSE, 2022). De 1970 a 1980, sua economia passou a girar em torno do cultivo de pimenta do reino, mas ao longo da década de 1990 a produção passou por uma grande crise que gerou um significativo êxodo rural (CORREA 2018). No entanto, no momento atual a base da economia municipal ainda é a agricultura voltada para o cultivo de pimenta do reino que vem voltando ao seu posto principal, assim como o cultivo do cacau e açaí vindo das ilhas situadas no rio Tocantins, e, também, o cultivo de mandioca para a produção de farinha vendida no mercado municipal. Observemos, na Figura 1, que demonstra a trajetória da economia mocajubense através da participação em percentual por setor no Valor Adicionado Bruto (VAB).

Figura 1: Participação em percentual por setor no Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços correntes, Mocajuba (2002-2019).



Fonte: IBGE (2019b). Elaboração própria.

Observando a Figura 1, é possível perceber, conforme já pontuamos, a importância da Agropecuária no período, que teve um crescimento significativo no período, com uma queda brusca apenas em 2018. Percebe-se, também, a importância da Administração Pública (Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social), que conforme é sabido, concentra suas atividades no ente federativo municipal, com destaque para educação, saúde e assistência social. Temos como hipótese que o crescimento da importância relativa da administração pública no VAB municipal, observada no Gráfico 1, está relacionado a implementação da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (doravante FUNDEB), que atingiu, para o caso do paraense, seu valor máximo a partir de 2010, estabilizando-se desde

então. Vejamos, agora, o crescimento da rede municipal de Mocajuba a partir da implantação da política de fundos (FUNDEF e FUNDEB) no Pará e no município.

4.2 A municipalização do ensino fundamental em Mocajuba

Com a constituição de 1988, foi determinado que tanto municípios quanto estados deveriam destinar 25% dos impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino (GONÇALVES 2013; PINTO; CORREA, 2020). O FUNDEF, criado e implantado a partir de 1996, foi criado a priori para redistribuir as vinculações constitucionais de financiamento da educação que já existiam. O FUNDEF durou por dez anos e em 2008 um novo fundo teve sua implantação iniciada, o FUNDEB instituído pela Emenda Constitucional nº 53 (BRASIL, 2006). Segundo Ramos e Di Giorgi (2011), esse fundo se constituía em cada estado por 20% do total arrecadado com os principais impostos estaduais e outra parte do fundo e constituída por valores transferidos da união para os estados. Ou seja, a União passa a contribuir com 10% do valor total do FUNDEB, com a complementação da União aos fundos estaduais com menor valor aluno/ano. O FUNDEF abrangia apenas o Ensino Fundamental, mas o FUNDEB passa a abranger toda a educação básica. Importante ressaltar que tanto o FUNDEF, como também o FUNDEB, não era uma conta única, e sim 27 fundos, um para cada estado, incluindo o distrito Federal.

Para Feldman e Costa (2020 p.12) um dos maiores efeitos do FUNDEF, notadamente no Pará, foi a municipalização do Ensino Fundamental. A seguir veremos na Tabela 1 como ocorreu o crescimento de matrículas municipais com a implementação desse fundo no Município.

Tabela 1: Matrículas na educação básica em Mocajuba (1997-2020)

Ano	Rede Municipal	Rede Estadual	Total
1997	2.471	5.031	7.502
1998	7.401	0	7.401
1999	8.733	641	9.374
2000	8.803	688	9.491
2001	9.223	894	10.117
2002	9.600	795	10.395
2003	9.238	960	10.198
2004	9.231	1.108	10.339
2005	10.074	1.259	11.333
2006	9.919	1.301	11.220
2007	9.545	1.788	11.333
2008	9.662	1.613	11.275
2009	10.148	1.575	11.723
2010	9.709	1.561	11.276
2011	10.293	1.542	11.835
2012	10.343	1.579	11.922
2013	9.586	1.719	11.305
2014	9.072	1.688	10.760
2015	8.682	1.621	10.303
2016	8.459	1.776	10.235
2017	8.828	1.775	10.603
2018	8.830	1.690	10.520
2019	8.795	1.887	10.682
2020	8.429	1.892	10.321

Fonte: INEPb (1997-2020). Elaboração própria.

Na Tabela 1, é possível observar que no ano de 1997 o número de alunos matriculados na rede municipal era de 2.471, ou seja, relativamente baixo em relação a rede estadual, que tinha no mesmo ano 5.031 alunos matriculados. Entretanto, a partir de 1998, na rede municipal, o número de alunos passa a observar um crescimento, tanto pela matrículas municipalizadas, pois a partir de então a rede estadual passou a gerir apenas o Ensino Médio, quanto por novas matrículas. É importante destacar que acreditamos que o número de 0 matrículas na rede estadual no ano de 1998 parecer ser um erro da base de dados, pois tal rede nunca deixou de gerir o ensino médio. Mas o que é importante destacar é o crescimento da rede municipal, que passou de 2.471 matrículas em 1997 para 7.401 em 1998, com tendência de crescimento até o ano de 2012, quando atingiu o ápice de 10.343 matrículas, sendo observada uma tendência de queda a partir de então. Isso ocorre porque segundo Gemaque (2004 p. 40) o meio educacional gerou fortes expectativas ou “fetiches” em relação aos recursos que estavam

chegando “foi criada a ilusão de que haveria dinheiro novo para a educação no município”. Como a política de fundos tinha seus recursos vinculados às matrículas, aumentaram os recursos para o ente federado municipal, contudo, as responsabilidades aumentaram em proporção igual.

4.3 Grupos políticos em Mocajuba (2009-2021)

Entre a 2009 a 2021 Mocajuba teve três governos. No primeiro quadriênio, de 2009 a 2012, Rosiel Costa, foi o prefeito, tendo transitado entre diversos partidos, Partido dos Trabalhadores (PT), Cidadania, Partido da República (PR) e Solidariedade. Rosiel Costa conseguiu se reeleger para o quadriênio 2013-2016. No entanto, seu segundo mandato foi conturbado, tendo sido afastado pela justiça por improbidade administrativa e substituído pelo vice, José Antônio Castro, conhecido como irmão Zé. Em 2017, Fatima Braga (PMDB) se elegeu, mas em seguida abdicou para assumir a Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC) e deixou o cargo para seu vice, Cosme Macedo (PSD), o qual foi reeleito em 2020, quando já era do MDB, estando como prefeito até a atualidade. No decurso das três gestões que já permaneceram no poder, o concurso público para professores era uma proposta que não saia do papel. Apenas em 2020, com a eleição de Cosme Macedo foi dada abertura para realização do concurso que deveria acontecer ainda naquele ano, mas só foi de fato realizado em 2022. Reiterando algo já mencionado, é possível afirmar que as disputas entre esses grupos políticos têm reflexo na contratação dos professores temporários, como veremos a seguir.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 A Legislação sobre o professor Temporário

A Constituição Federal de 1988, artigo 37, inciso IX, estipula que “a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público contratação temporária”. A lei é 8.745 de 1993 é a lei ordinárias que regula esses casos, que devem, segundo preceito constitucional, apenas acontecer para atender a excepciona interesse público (BRASIL, 1993). Em simetria, o art. 125 da lei orgânica municipal de Mocajuba, inciso V, igualmente estabelece que exista contratação temporária para atender as necessidades de interesse público. Seguindo, acerca da lei orgânica do município agregada no capítulo VIII, art. 193 em paridade com

Art. 206 da constituição de 1988 reitera que deve ser feita a inserção no magistério “por concurso Público de provas e títulos (MOCAJUBA, 2010). A Lei n 13.005, trata do Plano Nacional da educação (PNE 2014-2024) visa a qualidade da educação, nessa conjuntura são estipuladas metas que devem ser obtidas em dez anos. A meta 18 traz 8 estratégias voltadas para a valorização desses profissionais aqui foi destacado a 18.1.

Estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PNE, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério que sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo (BRASIL, 2014 p. 57).

Por sua vez, o Plano Estadual de Educação do estado do Pará, em conformidade com o PNE, reinterpreta as mesmas estratégias. Vejamos, agora, como Mocajuba descumpra as leis acima mencionadas.

5.2 Professores concursados e temporários da rede municipal de Mocajuba

Segundo Gomes (2019), o PNE não deu tanta abertura para os contratos temporários visto que “fixou um limite de apenas 10% para esse tipo de vínculo e prazo de três anos para implementá-lo. As razões mais recorrentes para justificar essa restrição aos chamados “contratos temporários” estão relacionadas a chamada precarização do exercício profissional do magistério” (GOMES, 2019, p. 10). Em Mocajuba, o último concurso público ocorreu em 2006, desde lá se passaram 15 anos sem o mesmo no município, o que contraria a meta 18.1 do PNE, onde a maioria dos professores de educação deveriam ser concursados. Contudo, os professores temporários existem, atualmente, na mesma quantidade do que os concursados, conforme pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2: Pessoal ocupado assalariado e os professores da rede municipal de Mocajuba (2011-2019)

Ano	Assalariados (A)	Prof. Concursados (B)	Prof. Temporários (C)	Total de prof. (D)	C/D (%)	C/A (%)	D/A (%)
2011	1.082	247	103	356	29,00%	9,60%	33,00%
2012	1.139	254	108	358	30,20%	9,50%	31,50%
2013	1.150	237	110	344	32,00%	9,60%	30,00%
2014	1.216	234	118	352	33,60%	9,70%	29,00%
2015	1.111	225	143	357	40,10%	12,90%	32,10%
2016	1.106	233	97	321	30,20%	8,80%	29,10%
2017	1.637	203	151	349	43,20%	9,20%	21,30%
2018	1.854	193	171	358	48,00%	9,20%	19,30%
2019	2.000	181	176	348	50,60%	9,00%	17,40%

Fonte: IBGEa (2019) e INEPa (2011-2020). Elaboração própria.

Observa-se, na Tabela 2, que o percentual de temporários cresceu a partir de 2011, o primeiro ano em que o Censo Escolar registrou o tipo de vínculo dos docentes. Em 2011 esse percentual era de 29%, chegando a 2019 a 50,6%, num flagrante descumprimento de diversos preceitos constitucionais e infraconstitucionais. Observa-se, também, na Tabela 3, a importância do emprego docente no mercado de trabalho do município. Apesar de que a relação entre o número de professores da rede municipal e os assalariados do município tenha apresentado uma tendência de queda ao longo do recorte cronológico, tendo passado de 33% em 2011 para 17,4% em 2019, é inegável que o trabalho de professor tem lugar de destaque na economia, na política e na sociedade municipal. Esse decréscimo de seu por conta do crescimento do número de assalariados, que passou de 1.082 em 2011 para 2.000 em 2019. Contudo, a despeito de que os assalariados no município quase terem dobrado de número, a relação entre professores temporários da rede municipal e os assalariados manteve-se estável entre 2011 e 2019, em torno de 10%.

5.3 A condição de trabalho do professor temporário

As entrevistas com os professores demonstram precarização dessa forma de trabalho. Perguntamos aos entrevistados os prós e contras de se trabalhar como temporário durante as gestões que já estiveram no município. Observemos a fala do Professor 1 que trabalhou nos três últimos governos (2012-2021).

Em 2012 comecei a atuar como professora alfabetizadora e permaneci até em 2016, e de 2017 até os dias atuais ministro aulas no ensino fundamental maior, durante meu tempo de atuação já passaram três gestões e houve alguns atrasos nos meus honorários, alguns meses recebi e outros não (Professor 1).

Em observação participante dentro de uma escola do município de Mocajuba foi possível constatar que o professor temporário praticamente tem a mesma carga horária que um efetivo, mas recebe um salário menor ou as vezes nem recebe. Analisemos no relato do professor 2 que trabalhou nas duas gestões, tanto na de Rosiel Costa (PT e outros partidos) quanto na de Cosme Macedo (MDB). A priori, ele afirmou que durante a gestão de Cosme Macedo ainda não houve atraso com o seu salário, no entanto, ao ser questionado sobre a sua época de trabalho no governo de Rosiel Costa (PT) ele afirmou que as coisas eram bem diferentes e teve um momento que se viu obrigado a entregar o cargo na secretaria de educação porque o salário não era bom:

Eu passei quatros meses trabalhando né, comecei em agosto, depois veio outubro, setembro e novembro foi quando entreguei, entreguei por causa da dificuldade do salário que era pouco, e demorava muito. No caso eu passava de 2 a 3 meses para receber 1 salário. Diferente do professor efetivo que sai todo mês

na data certa e por causa disso eu deixei, eu tinha que está emprestando dinheiro para pagar as contas de casa (Professor 2).

Os professores entrevistados aqui e os demais em conversas informais chegaram em uma concordância de que o lado bom de se trabalhar como professor temporário no município era apenas a oportunidade de ter um emprego, mas existia muitos contras como o atraso de salários e o medo de perder o trabalho caso o “seu político” não conseguisse se eleger. De resto, os dois professores citados aqui constam na folha de pagamento do governo atual, o que indica uma ilegalidade, ou seja, que esses profissionais não são considerados nos documentos oficiais e orçamentários da prefeitura. A folha de pagamento foi consultada através do portal de transparência do município (MOCAJUBA, 2022). A folha de pagamento dos governos anteriores não está disponível.

Por outro lado, já foi mencionado os docentes temporários são sujeitos com relativa influência na época das eleições. A seguir veremos o motivo disso.

5.4 Redes clientelistas

A literatura existente sobre o clientelismo vem mostrar que uma das características nesse tipo de relação são os agentes políticos que realizam o sistema de troca de favores entre si e também com as camadas mais pobres da população (ARNAUD; MARQUES, 2021; CARVALHO, 1997; MULLER, 2020). Durante as pesquisas foi constatado que a maioria das contratações acontecia por meio de um interventor que participava ativamente da política local. Queiroz (1976) chamava esses interventores de “Cabos Eleitorais”, mas para Avelino Filho (1994 p .227) essa forma de política acontecia porque “o patrono é o broker. Seu poder depende das suas habilidades em operar como intermediário entre a sua clientela e os recursos públicos”. No meio político com os eleitores existe uma troca de serviços, uma reciprocidade que rege as relações individuais (QUEIROZ, 1976). Na fala do Professor 2, que trabalhou durante dois governos, ao ser questionado sobre como conseguiu o emprego, ele relatou que:

No período do antigo prefeito Rosiel Costa quem me indicou foi um vereador da época mas nesse governo atual governo quem me indicou foi a filha do vice prefeito né mas pode se colocar que foi ele também, e eles foram bem claros que era uma indicação política que mais tarde eles poderiam cobrar de mim para fazer campanha política, é uma das propostas deles né de manter no cargo é a questão do voto e fazer campanha, ir pra rua, apoiar eles e são coisas que vão contra os meus ideais (Professor 2).

Ainda em relação a forma de contratação o professor 3 afirmou: “eu consegui esse contrato através de indicação de um vereador e na época de eleição tenho que apoiar ele”. Na fala do Professor 1, ele relata:

Em 2011, foi construída uma escola na comunidade de [nome da comunidade omitido] zona ribeirinha do município de Mocajuba e precisavam de professores então fui contratada, mas infelizmente durante o ano eleitoral temos que apoiar um candidato e torcer para que ele ganhe para continuarmos trabalhando, eles não querem saber que tipo de profissional a pessoa é, querem apenas fazer o seu curral eleitoral (Professor 1).

A respeito dessas contratações alguns citaram que os indicou para o trabalho, a maioria através de vereadores. Dessa maneira, foi realizada uma entrevista com um vereador de câmara municipal e o mesmo respondeu “Eu não faço indicações, quem faz é o prefeito. A única coisa que sei é que promotor já notificou ele, o prefeito, sobre a superlotação de temporários na folha de pagamento”.

Segundo Feldman e Alves, analisando a política de contratação de professores temporários no município de Portel (PA) “a contratação de professores temporários perpassa quase que invariavelmente, por vários momentos em que o cliente (professor) estabelece contato face-a-face com o patrão ou com intermediários” (FELDMAN; ALVES 2020, p. 13).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou o trabalho de pesquisa constatou-se que as contratações de docentes temporários interferiam nas disputas pelo poder político local dentro dos municípios, dessa forma, houve a necessidade de analisar a política de contratação de professores temporários em Mocajuba entre os anos de 2009-2021. Diante disso, a pesquisa, teve como objetivo identificar como as disputas pelo poder municipal se correlacionavam com o contrato temporário de professores nas redes de ensino. Para atingir uma compreensão do arcabouço que explica a continuidade desses temporários nas redes de ensino, definiu-se três objetivos específicos. O primeiro sobre a importância desses docentes temporários na época de eleições municipais. Verificou-se que eles compunham parte da massa de votos que um político obtém. Posteriormente, verificamos quem eram as pessoas que realizavam o contato e a indicação política para que esse processo de contratação ocorresse, sendo que apareceram sujeitos como vereadores, pessoas ligadas ao governo (cabos, eleitorais; intermediários) e até mesmo o próprio prefeito ou vice. Análise permitiu concluir que, esse modelo de contratação se baseava no conceito de clientelismo, no qual ocorre a distribuição de cargos em troca de lealdade

política. Ademais, conforme foi demonstrado, a legislação propõe redução no que se refere a esse tipo de contratação, no entanto, apesar dessas leis, o número de professores temporários nas redes ainda é grande e em tendência de aumento. Certificou-se que esses docentes não são protegidos pela legislação, não tem o mesmo tratamento que os concursados, seus salários tem atrasos e a natureza do seu cargo é instável, pois sempre convivem com o risco de perder o emprego a qualquer momento.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, K. A. A. **Rotatividade docente e suas implicações no contexto escolar**. Londrina: Secretaria de Estado Da Educação, Programa de Desenvolvimento Educacional, Universidade Estadual De Londrina, 2012.

AMBROSIO, C. **Professores contratados e o processo pedagógico nas escolas públicas estaduais**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2007.

ARNAUD, R. R., MARQUES, J. F. S. Clientelismo nas relações políticas municipais e a efetivação dos direitos humanos. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 4, p. 36495-36508, 2021.

AVELINO FILHO, J. Clientelismo e política no Brasil: revisando velhos problemas. **Novos estudos Cebrap**, São Paulo, v. 1, n. 38, p. 225-240, mar. 1994.

BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF. <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/constituicao/constituicao.htm>

BRASIL. (2014) **Lei nº 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília-DF, 2014. <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>.

CORREA, E. N. A. **As territorialidades da orla da cidade de Mocajuba: a dinâmica de apropriação e de uso socioespacial da praia dos gorgons**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia) – Universidade Federal do Pará. Mocajuba, 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CARVALHO, J. M. D. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, 40 (2), 1997.

EMERSON, R. M.; FRETZ, R.; SHAW, L. L. **Writing ethnographic notes**. Chicago, University of Chicago Press, 1996.

FERREIRA, D. C. K. **Os professores temporários da educação básica da rede pública estadual do Paraná: a flexibilização das contratações e os impactos sobre as condições de trabalho**. 2013, 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

FELDMAN, A.; COSTA, D. M. D. S. A Política de Contratação de professores Temporários na Rede Municipal de Ensino de Cametá (Pará, Brasil 2013-2020). **Education Policy Analysis Archives**, 29, 2021.

FELDMAN, A.; ALVES, C. A. D. S. A política de contratação de professores temporários em Portel (PA). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 36, n. 2, p. 559–579, 2020.

GEMANQUE, R. M. O. **O Financiamento da Educação**. O Fundef no Estado do Pará: Feitos e Fetiches. 370p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo.

GRUND, Z. C.; PARENTE, C. M. D. Categoria docente, contratação temporária e precarização do trabalho do professor na rede estadual de São Paulo. **Colloquium Humanarum**, v. 15, n. 1, p. 30–39, 2018.

GONÇALVES, A. F. **A evolução histórica do financiamento educacional brasileiro e a importância do Fundef/Fundeb para a educação básica de Mairiporã**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Educação). 89 f. São Paulo, UNICID, 2013.

GOMES, A. V. A. **Contratação temporária de professor nas redes públicas de educação básica e o descumprimento da estratégia 18.1 do Plano Nacional De Educação**. Brasília: Câmara dos Deputados/Consultoria Legislativa, 2019.

IBGE (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). Censo Demográfico. Brasília-DF, 2010. <https://brasil.pa/Mocajuba/panorama>

IBGE (2019a). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro Central de Empresas**. Brasília-DF, 2019. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>

IBGE (2019b). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto dos Municípios 2002-2019. Brasília-DF, 2019. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>

INEPa (2011-2020). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. Consultado através do Laboratório de Dados Educacionais. <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/>

INEPb (1997-2020). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. Consulta Matrícula. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>

LEMOS, J. C. G. **Do encanto ao desencanto, da permanência ao abandono: o trabalho docente e a construção da identidade profissional**. 2009. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) -Pontifca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MULLER, M. . Porque ainda falamos de clientelismo no Brasil? **Revista Debates**, v. 14, n. 3, p. 150-176, 2020.

MOCAJUBA. (2006). Lei 2.125, de 03 de junho de 2006, dispõe sobre o plano de cargos e salários dos servidores efetivos da prefeitura municipal de Mocajuba, estado do para e das outras providências. Mocajuba-PA

MOCAJUBA (2010). **Lei Orgânica Municipal**. (2010). <https://camaramunicipaldemocajuba.pa.gov.br/lei-organica/>

MOCAJUBA. (2020). **Concurso Público**. Edital nº 01/2020. <https://portalfadesp.org.br/?p=19589>

MOCAJUBA. (2022). **Site da Prefeitura de Mocajuba**, Portal da Transparência, Despesa com Pessoal, Folha de Pagamento. Mocajuba-PA, 2022. <https://mocajuba.pa.gov.br/portal-da-transparencia/despesas-com-pessoal/>

PINTO, J. M. R; CORREA, Bianca C. Educação infantil e a política de fundos: como tem caminhado essa etapa educacional em especial com a aprovação do Fundeb? **Revista Fineduca**, v. 10, n. 24, p.1-27, 2020.

QUIBÃO NETO, J.; PINTO, J. M. R.O perfil dos docentes não concursados na rede estadual de ensino de São Paulo. **Revista Fineduca**, v. 6, n. 10, 2016.

QUEIROZ, M. I. P. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa – Ômega, 1976.

RAMOS, R. C., DI GIORGI, C. A. Do Fundef ao Fundeb: avaliando o passado para pensar o futuro: um estudo de caso no município de Pirapozinho-SP. **Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, m 72, p. 623-650, jul./set. 2011.

SILVA, J. L. **A rotatividade docente numa escola da rede estadual de ensino**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

SOUZA, M. N. **Condições de trabalho e remuneração docente**: O caso do professor temporário na rede estadual de ensino do Paraná. Dissertação de Mestrado (Educação). Curitiba: UFPR, 2011.

TOEBE, J. C. **Contratação temporária de professores na grande Florianópolis**: Condição de trabalho, formação e valorização dos professores 2019. 185p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Florianopolis, 2019.

TSE (2022). Tribunal Regional Eleitoral do Pará. **Sistema de Informação das Zonas Eleitoral** (infozonas). Belém-PA, 2022. <http://www.tre-pa.jus.br/o-ter/zonas-eleitotais/dados-das-zonas-infozonas>